

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 08 de setembro de 2022, às 16:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 477.433/22-4 em 16/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 09 de novembro de 2022, às 16:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 660.649/22-6 em 18/11/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 10 de janeiro de 2025, às 13:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 021.687/25-0 em 15/01/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 15 de agosto de 2022, às 15:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 438.935/22-6 de 25/08/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 18 de junho de 2025, às 09:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 230.066/25-2 em 24/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 19 de dezembro de 2024, às 12:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 451.381/24-5 de 26/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 20 de março de 2024, às 11:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 127.230/24-5 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 20 de dezembro de 2023, às 09:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 487.153/23-6 de 27/12/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 21 de fevereiro de 2025, às 15:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 071.178/25-9 em 26/02/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 26 de setembro de 2023, às 09:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 389.526/23-0 de 04/10/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 27 de março de 2023, às 17:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 136.676/23-6 de 10/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 28 de fevereiro de 2025, às 15:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 076.776/25-6 de 10/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica
CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892
Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 29 de agosto de 2025, às 15:00 horas – Certidão
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 319.861/25-9 em 10/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Autopay Soluções de Mobilidade Free Flow e Pagamentos S.A.
CNPJ em constituição
Ata da Assembleia Geral de Acionistas de Constituição

1. Data, Hora e Local: Realizada em 31 de outubro de 2025, às 10h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, conjunto 21-A, sala 3, Centro, CEP 01009-907 ("Companhia").

2. Convocação e Participação: Estão presentes os subscritores da totalidade do capital social da Companhia a ser constituída, a saber: **(i) Autopay S.A.,** uma companhia devidamente constituída e existente sob as leis da Polónia, com sede em Powstanców Warszawy 6, 81-718 Sopot, Polónia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o número 63.170.163/0001-32, representada por seu procurador legítimo, Sr. **Marcelo Carlos dos Santos,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 26.682.162-5 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 251.416.458-35, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório nesta mesma cidade, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, suíte 21-A, sala 3, Centro, CEP 01009-907; e **(ii) Sr. Marcelo Carlos dos Santos,** acima qualificado.

3. Presidente/Secretário: Sr. **Marcelo Carlos dos Santos,** como Presidente, e Sra. **Carla do Couto Hells Battilana,** como Secretária.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** constituição de uma sociedade anônima de capital fechado denominada **Autopay Soluções de Mobilidade Free Flow e Pagamentos S.A.** (doravante denominada simplesmente "Companhia"); **(ii)** aprovação do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** eleição do Diretor Presidente da Companhia; e **(iv)** autorização à administração da Companhia para praticar todos e quaisquer atos, bem como assinar todos e quaisquer documentos necessários para implementar e dar cumprimento às deliberações aprovadas na presente Assembleia Geral de Acionistas.

5. Resoluções: Uma vez instalada a Assembleia Geral de Acionistas, os acionistas da Companhia deliberaram por unanimidade o seguinte: **5.1.** Aprovar a elaboração desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **5.2.** Determinar que a Companhia terá a denominação social de **Autopay Soluções de Mobilidade Free Flow e Pagamentos S.A.,** e o capital social da Companhia será de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a serem integralizadas em moeda corrente nacional; **5.3.** Os acionistas, neste mesmo ato, subscreveram a totalidade do capital social acima mencionado, dos quais 10% (dez por cento) foram integralizados mediante depósito em conta bancária da Companhia aberta perante o Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação aplicável e conforme comprovante de pagamento anexo ao protocolo de registro do presente instrumento. O restante do capital social da Companhia deverá ser integralizado no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de celebração deste ato, conforme estabelecido nos Boletins de Subscrição de Ações anexados ao presente como **Anexo I;** **5.4.** Aprovar integralmente o estatuto social da Companhia, anexo ao presente ato como **Anexo II;** **5.5.** Considerando que os acionistas subscreveram 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, tendo sido observadas todas as formalidades legais aplicáveis, e a aprovação pelos acionistas de todos os documentos apresentados à Assembleia, o Presidente declarou a Companhia definitivamente constituída, para todos os efeitos legais; **5.6.** Aprovar a eleição do seguinte indivíduo para exercer o cargo de Diretor Executivo da Companhia, por um mandato de 3 (três) anos a partir da data deste instrumento, sem limitação às disposições do Artigo 150, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações: **Marcelo Carlos dos Santos,** cidadão brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 26.682.162-5 emitida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 251.416.458-35, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório nesta mesma cidade, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, suíte 21 A, sala 3, Centro, CEP 01009-907, conforme o Termo de Posse anexo ao presente como **Anexo III.**

5.7. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos, bem como celebrar todos e quaisquer documentos necessários para implementar e dar cumprimento às deliberações aprovadas na presente Assembleia Geral de Acionistas.

6. Encerramento: Não havendo mais nada a tratar, esta ata foi lavrada nos livros da Companhia, a qual, depois de lida e achada em ordem, foi assinada pelos acionistas da Companhia presentes na Assembleia Geral, nos respectivos livros sociais da Companhia. *A presente ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.* São Paulo/SP, 31 de outubro de 2025.

Conselho: **Marcelo Carlos dos Santos** – Presidente; **Carla do Couto Hells Battilana** – Secretária. **Acionistas:** **Autopay S.A. Por: Marcelo Carlos dos Santos Cargo: Procurador; Marcelo Carlos dos Santos. Diretor Eleito: Marcelo Carlos dos Santos. Reconhecimento do advogado: Carla do Couto Hells Battilana OAB/SP: 257.316. Testemunhas:** 1. Nome: Priscilla Soares dos Santos CPF: 260.381.268-80; 2. Nome: Jacqueline Felix Giarretta Resende CPF: 228.363.288-94.

Anexo II – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Lei Aplicável, Sede, Objeto Social e Prazo. Artigo 1. A sociedade anônima de capital fechado exercerá suas atividades sob a denominação **Autopay Soluções de Mobilidade Free Flow e Pagamentos S.A. ("Companhia").** **Artigo 2.** A Companhia será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições aplicáveis às sociedades anônimas da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e suas alterações posteriores. **Artigo 3.** A Companhia tem sua sede localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, conjunto 21-A, sala 3, Centro, CEP 01009-907. A Companhia poderá abrir filiais e outras divisões em qualquer parte do território brasileiro, bem como poderá participar como acionista ou quotista em quaisquer outras sociedades, sempre mediante deliberação dos acionistas em Assembleia Geral. Para todos os efeitos legais, uma parte do capital social será alocada a cada filial ou divisão. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá abrir filiais e outras divisões em qualquer parte do território brasileiro, bem como poderá participar como acionista ou quotista em quaisquer outras sociedades, sempre mediante deliberação dos acionistas em Assembleia Geral. Para todos os efeitos legais, uma parte do capital social será alocada a cada filial ou divisão. **Artigo 4.** A Companhia e suas subsidiárias serão regidas **(i)** pelos seus respectivos documentos de organização; **(ii)** pelo Acordo de Acionistas que ainda será celebrado entre os acionistas; e **(iii)** pela Lei Aplicável e quaisquer alterações posteriores aos instrumentos acima referidos. **Artigo 5.** O objeto social da Companhia é: **(i)** explorar, implementar e gerir sistemas eletrônicos de cobrança de portagens e infraestruturas relacionadas; **(ii)** desenvolver plataformas para gestão de dados e processamento de pagamentos de sistemas de cobrança; **(iii)** prestar serviços relacionados com a cobrança e fiscalização de portagens; **(iv)** criar e oferecer soluções de pagamento automático para gestão de frotas e veículos, incluindo, entre outros, pedágios, estacionamentos, lavagens de carros e pagamentos de combustível, bem como a gestão de benefícios e pagamentos corporativos, tais como vouchers de combustível e vouchers de pedágio; e **(v)** prestar assistência técnica, manutenção e outros serviços relacionados com a tecnologia da informação dos sistemas de cobrança. **Artigo 6.** A Companhia iniciará suas atividades na data deste instrumento e permanecerá em funcionamento por prazo indeterminado. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 7º.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Único.** O capital social é integralmente subscrito e parcialmente integralizado, de modo que deverá ser totalmente integralizado no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da celebração deste instrumento. **Artigo 7º.** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, em decorrência de subscrição, bônus ou desdobramento, com ou sem direito a voto, em uma ou mais classes, mesmo que mais favorecidas do que as anteriormente existentes, estabelecendo suas respectivas preferências, vantagens, resgate, amortização ou condições de conversão. **Parágrafo Único.** A Companhia, nos termos da lei, poderá adquirir ações emitidas pela Companhia para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, por deliberação da Assembleia Geral, observadas as regras legais e demais disposições aplicáveis. **Artigo 8º.** Cada ação ordinária dá direito ao seu titular a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III – Administração. Artigo 9º.** A Companhia será administrada por, no mínimo, 1 (um) administrador eleito pelos acionistas em Assembleia Geral ("Diretor"). Os (s) Diretor(es) exercerão suas funções e atividades de acordo com o Acordo de Acionistas, este Estatuto Social e as leis aplicáveis. **Parágrafo Primeiro.** Os Diretores só podem exercer os poderes concedidos nestes estatutos sociais em conjunto. **Parágrafo Segundo.** A Companhia só estará vinculada e obrigada por: (a) ato de assinatura de dois dos Diretores agindo em conjunto, ou (b) ato de assinatura de dois (2) procuradores, agindo em conjunto e dentro dos limites estabelecidos em suas respectivas procurações; ou (c) ato de assinatura de um procurador com poderes especiais, agindo individualmente e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração. **Parágrafo Terceiro.** As procurações concedidas pela Companhia deverão ser sempre assinadas por dois Diretores, deverão identificar expressamente os poderes concedidos e, exceto aquelas concedidas em conexão com processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo de validade limitado e serão concedidas sem direito de subestabelecimento, salvo indicação expressa em contrário. **Artigo 10.** Os membros da Diretoria serão eleitos para um mandato unificado de 3 (três) anos ou até a eleição dos novos Diretores, o que ocorrer primeiro, sendo permitida a reeleição. **Primeiro Parágrafo.** Os membros da Diretoria serão nomeados pelos acionistas por maioria simples da Assembleia Geral. **Segundo Parágrafo.** Ao final do mandato, os membros da Diretoria permanecerão no cargo até que os membros recém-eleitos assumam o cargo. **Artigo 11.** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, ele será substituído por um Diretor formalmente nomeado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária. **Artigo 12.** As funções dos Diretores são administrar os negócios da Companhia, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral, representar a Companhia ativa e passivamente, nos termos deste Estatuto Social, em juízo e fora dele, nas relações com a administração pública e quaisquer terceiros, praticando todos os atos relacionados ao seu objeto social, à realização de seus objetivos e à defesa e proteção de seus direitos e interesses. **Capítulo IV – Assembleias Gerais. Artigo 13.** As Assembleias de Acionistas serão *ordinárias* ou *extraordinárias*. As partes reconhecem que a assembleia geral anual será realizada no prazo de quatro (4) meses após o encerramento de cada exercício social, para discussão, votação e aprovação das matérias obrigatórias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, assembleias gerais extraordinárias poderão ser realizadas sempre e na medida em que os negócios da Companhia assim o exigirem ("Assembleias Gerais"). **Parágrafo Único.** Os acionistas comprometem-se a exercer os seus respectivos direitos de voto no melhor interesse da Companhia e das subsidiárias, conforme previsto no artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com todas as outras leis aplicáveis, sujeito, em qualquer caso, a este Estatuto Social e ao Acordo de Acionistas. **Artigo 14.** As Assembleias de Acionistas decidirão sobre quaisquer assuntos que lhes sejam atribuídos pela Lei, pelo Acordo de Acionistas e por este Estatuto Social. As Assembleias Gerais para deliberar sobre tais assuntos serão convocadas sempre que for considerado conveniente ou exigido pela Lei, desde que qualquer convocatória para Assembleia Geral observe todas as formalidades e requisitos previstos neste Estatuto Social e na lei aplicável. Se todos os acionistas estiverem presentes, os requisitos de convocação prévia por escrito serão descondições. **Artigo 15.** Serão permitidas Assembleias de Acionistas nas quais todos os membros possam ouvir-se simultaneamente e participar das discussões por outros meios, tais como telefone e videoconferência, desde que, no caso de assembleias virtuais, sejam aplicadas as disposições da Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI (ou qualquer outra que venha a substituí-la). As Assembleias Gerais serão realizadas em inglês, e as deliberações aprovadas nessas assembleias serão redigidas em inglês e português, desde que, no entanto, a versão em português (i) prevaleça em caso de conflito e (ii) seja registrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais. Quando exigido por lei, essas atas serão arquivadas e registradas na Junta Comercial competente. As Assembleias Gerais serão realizadas, preferencialmente, de forma virtual. **Artigo 16.** Todas as deliberações submetidas à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral serão aprovadas por maioria simples (50% (cinquenta por cento) do capital social total com direito a voto mais uma ação), exceto nos casos previstos na Lei, no Acordo de Acionistas e/ou neste Estatuto Social. **Parágrafo Único. Matérias Qualificadas.** Além dos assuntos previstos nas leis aplicáveis, os seguintes assuntos serão decididos pelos acionistas nas Assembleias Gerais: **(a)** transações com Diretores e suas partes relacionadas; **(b)** contratação de obrigações e alienação de bens e direitos que excedam o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); **(c)** alienação ou oneração do empreendimento da Companhia ou parte dele; **(d)** contratação de qualquer crédito ou empréstimo ou outro tipo de financiamento que exceda o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) que não seja da Autopay S.A.; **(e)** concessão de empréstimos ou outro tipo de financiamento; **(f)** aquisição, alienação e oneração de bens imóveis ou ativos que excedam o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); **(g)** termos de contratos com Diretores e pessoal-chave, bem como a aprovação da remuneração dos gestores; **(h)** constituir subsidiárias, adquirir ações e outras participações societárias em outras empresas/entidades, bem como aliar e onerar tais participações societárias; **(i)** concessão de qualquer tipo de doações; **(j)** votação nas assembleias de acionistas/quotistas das subsidiárias da Companhia; **(k)** concessão de consentimento para que os funcionários participem nos lucros e atribuição de pensões especiais e benefícios de reforma; **(l)** aquisição, subscrição ou alienação de quaisquer ações, participações ou instrumentos conversíveis em ações; **(m)** a realização de quaisquer despesas de capital com valor líquido individual superior ao montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); **(n)** alterações nas características das ações existentes ou futuras, emissão de debêntures conversíveis ou não em ações, criação ou emissão de bônus de subscrição, títulos de participação nos lucros, opções de compra ou subscrição de ações, ou emissão de qualquer outro tipo de título conversível ou não em ações, quotas ou títulos emitidos pela Companhia ou pelas subsidiárias; **(o)** liquidação e dissolução, cessação do estado de liquidação, incluindo a nomeação ou destituição de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes; **(p)** alterar, modificar ou revogar qualquer disposição do estatuto social da Companhia e das subsidiárias e/ou dos documentos de organização da Companhia e das subsidiárias; **(q)** consolidação, cisão, aquisição, fusão, fusão de ações, conversão, transformação do tipo societário, transferência de ativos ou passivos, ou qualquer outra forma de reorganização societária, transação ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia, os seus ativos e/ou qualquer uma das subsidiárias e os seus ativos; **(r)** concessão de fianças, avais ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros; **(s)** qualquer aumento ou redução do capital social da Companhia; **(t)** distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas; **(u)** oferta pública inicial, primária ou secundária, de quaisquer ações, obrigações ou títulos da Companhia, no Brasil ou no exterior, que não seja uma oferta pública qualificada; e/ou **(v)** criação ou alteração de planos de incentivo e qualquer forma de planos de opções de compra de ações envolvendo ações da Companhia. **Artigo 17. Deliberações por escrito e por unanimidade.** Na medida do permitido por lei, os acionistas também poderão aprovar qualquer assunto sujeito à Assembleia Geral por meio de deliberações por escrito e por unanimidade. **Artigo 18. Assembleias Gerais das Controladas.** As Assembleias Gerais de qualquer controlada observarão, *mutatis mutandis*, as mesmas regras aqui estabelecidas para as Assembleias Gerais da Companhia e outras regras estabelecidas no Acordo de Acionistas. **Capítulo V – Exercício Fiscal. Demonstrações Financeiras, Reservas e Lucros. Artigo 19.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 20.** A Companhia deverá preparar balancetes mensais e balanços patrimoniais em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, podendo também preparar balanços patrimoniais mensais ou trimestrais a pedido dos acionistas. **Parágrafo primeiro.** Do lucro líquido de cada exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados, antes de qualquer outra distribuição, à constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo segundo.** Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo terceiro.** O saldo do lucro líquido resultante das deduções relativas à constituição da reserva legal e ao pagamento de dividendos será disponibilizado às Assembleias de Acionistas. **Artigo 21.** A distribuição de dividendos anuais ou intermediários ou juros sobre o capital próprio será decidida a critério das Assembleias Gerais da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso, levando em consideração os lucros e as necessidades de investimento da Companhia e das controladas. Nenhum dividendo ou juros sobre capital próprio será pago de outra forma que não seja a partir dos lucros ou da conta de prêmio de emissão, salvo se permitido de outra forma pela lei. **Capítulo VI – Resolução de Conflitos. Artigo 22.** Se houver quaisquer disputas, conflitos, questões ou diferenças de qualquer natureza decorrentes ou relacionadas a este Estatuto Social ("Conflito"), envolvendo qualquer uma das partes aqui mencionadas, incluindo os Diretores, o Conflito será decidido por arbitragem, conforme estabelecido na Artigo 9.1. do Acordo de Acionistas. **Parágrafo único.** O Conflito será decidido de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, sendo expressamente proibida a decisão em equidade. **Artigo 23.** Os acionistas reconhecem que qualquer um deles poderá requerer assistência urgente ao Poder Judiciário do Estado de São Paulo, antes da constituição do tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral"). Portanto, a solicitação de uma medida liminar perante o Poder Judiciário não será considerada incompatível com, ou uma renúncia a, quaisquer disposições determinadas no Acordo de Acionistas. Após a constituição do Tribunal Arbitral, qualquer medida liminar deverá ser solicitada exclusivamente ao Tribunal Arbitral. **Capítulo VII – Transformação. Artigo 24.** A Companhia poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, ser transformada em uma sociedade de outro tipo societário que não seja uma sociedade anônima, e aos acionistas dissidentes será assegurado o direito de rescisão. **Capítulo VIII – Disposições Finais e Transitórias. Artigo 25.** A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o(s) liquidatário(s) e o Conselho Fiscal, se for o caso, que atuará durante a liquidação, nos termos da legislação aplicável. **Acionistas: Autopay S.A. Por: Marcelo Carlos dos Santos Cargo: Procurador; Marcelo Carlos dos Santos.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 35.300.680.316 em 14/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/12/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

